



DOIS ANOS DO 8/1 A depredação das sedes dos Três Poderes entrou para a história como um dia de atentado contra o Estado Democrático de Direito. Até agora, a Justiça condenou 313 pessoas por envolvimento nos atos antidemocráticos

STF está empenhado em punir golpistas

» LUANA PATRIOLINO

Há dois anos, o Brasil foi surpreendido com o mais violento ataque às instituições democráticas desde o golpe militar de 1964. O 8 de janeiro de 2023 entrou para a história como o dia de agressão ao processo eleitoral e à democracia, com ataques que levaram à depredação dos prédios dos três Poderes. Desde então, 313 pessoas que participaram dos atos antidemocráticos foram condenadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo a Procuradoria-Geral da República, que ofereceu a denúncia à Corte, 229 foram enquadradas como executores e 81 estiveram na condição de incitadores. Na última sessão de 2024 da 1ª Turma do STF, o presidente do colegiado, ministro Cristiano Zanin, destacou as 383 ações sobre o 8 de janeiro que foram analisadas ao longo do ano passado.

Uma alteração no Regimento Interno do STF permitiu que denúncias e ações penais passassem a ser julgadas também pelas turmas menores, compostas por cinco magistrados, e não exclusivamente pelo Plenário. Foram abertas, no total, 1.541 processos contra os golpistas. Até agora, a Corte validou acordos de não persecução penal da PGR com 521 acusados e condenou outros 313 — dois na Primeira Turma.

Os suspeitos de ter relação com os atos de 8 de Janeiro foram divididos nos quatro grandes grupos, por tipo de envolvimento: executores da invasão e depredação; incitadores; financiadores; e autoridades. Até agora, somente os dois primeiros blocos tiveram julgamento e punição.

As condenações dos executores variam entre 15 anos e 17 anos de prisão, por crimes de associação criminosa armada, dano qualificado, deterioração do patrimônio tombado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e tentativa de golpe de Estado.

Para os acusados de incitação aos atos, as condenações são de 1 ano de prisão, mas foram substituídas por prestação de serviços comunitários e a presença em um curso sobre democracia. O analista político Melillo Dinis avalia que, desde a tentativa de golpe, houve uma compreensão da população brasileira sobre o caso. Ele também destaca a atenção dos Poderes sobre o fato e seus desdobramentos.

“As instituições aumentaram sua percepção sobre o conjunto de ações autoritárias e cresceram no cuidado com a democracia, além da sociedade civil que

está mais atenta. A sociedade autoritária vive dentro da sociedade democrática. O Estado autoritário vive dentro do Estado Democrático. O que garante a democracia é o conjunto das instituições que servem como contenção aos interesses e movimentos que tentam derrotar a democracia pela articulação entre a força e a violação da Constituição”, aponta.

Dinis ressalta o empenho do STF em julgar e condenar os envolvidos. O especialista também critica projeto de lei da Câmara dos Deputados, encampado por bolsonaristas, que visa conceder anistia aos condenados. “Não vejo a anistia como um caminho para consolidar a democracia. Há muita gente que colocou esta pauta como algo relevante apenas para transformar nossos procedimentos e processos em parte da arena da polarização eterna”, disse.

“Não ajuda a democracia, não melhora o direito, não é um reclamo social, não melhora as relações sociais, nem permite que atos como este não se repitam. Comparar este momento histórico, com o pacto da redemocratização que levou à anistia de 1979, no Brasil, além de equivocado, pressupõe a falta de um marco constitucional que construímos nos últimos 36 anos”, completa o analista.

Punições

Os condenados pelo Supremo estão com o passaporte retido, porte de arma revogado e deverão pagar, solidariamente, o valor de R\$ 5 milhões por danos morais coletivos. No mês passado, a Corte também condenou o ex-deputado federal Roberto Jefferson a nove anos, um mês e cinco dias de prisão por incitar a prática de crimes e atentar contra os Poderes e pelos crimes de calúnia e homofobia. Na mesma sessão, foram condenados 57 réus pelos atos antidemocráticos que não aceitaram o acordo proposto pela PGR para encerrar o processo.

Na avaliação do cientista político Elias Tavares, a data de 8 de janeiro também serve como ponto de reflexão profunda sobre os riscos de fragilizar as instituições democráticas.

“O trabalho do Judiciário e do Ministério Público tem sido fundamental para responsabilizar os envolvidos e dar uma resposta contundente à sociedade. A condenação dessas pessoas, até agora, mostra o esforço contínuo dessas instituições para fortalecer o Estado Democrático de Direito. Esse processo é essencial para reafirmar nossa confiança na democracia e garantir que episódios como o de 8 de

Ed Alves/CB D.A. Press



O prédio do STF foi o mais vandalizado pelos golpistas em 8 de janeiro. Ataque causou prejuízo milionário aos cofres públicos



A condenação dessas pessoas, até agora, mostra o esforço contínuo dessas instituições para fortalecer o Estado Democrático de Direito. Esse processo é essencial para reafirmar nossa confiança na democracia e garantir que episódios como o de 8 de janeiro não se repitam”

Elias Tavares, cientista político

janeiro não se repitam”, aponta.

Para o especialista, os eventos antidemocráticos do 8 de janeiro serviram como um alerta e também uma oportunidade de reforçar o papel das nossas instituições. “Temas como a possibilidade de anistia e o aprendizado institucional continuarão em pauta. Mas é crucial que avancemos

sem abrir mão da justiça e da memória, para que a reconciliação aconteça sem enfraquecer nossa democracia”, conclui Tavares.

Autoridades na mira

Em 8 de janeiro de 2023, extremistas invadiram e depredaram os prédios da Praça dos Três Poderes, por não aceitarem a derrota do ex-presidente Jair Bolsonaro nas urnas. Diante da situação, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decretou intervenção federal para assumir a segurança do DF. O governador Ibaneis Rocha foi afastado do cargo por 90 dias, pelo STF, e Anderson Torres, que respondia pela segurança pública da capital, foi preso.

A Procuradoria-Geral da República indica que houve omissão de agentes públicos responsáveis pela segurança dos locais invadidos. Um dos pontos citados nas alegações finais, é a caracterização da organização criminosa. A PGR afirma que o chamamento para os atos golpistas ocorreu de forma antecipada e com ampla difusão nas redes sociais.

Presencialmente, a conspiração golpista nasceu em frente aos quartéis gerais do Exército pelo país. Logo após a vitória

do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, extremistas eleitores do ex-presidente Jair Bolsonaro se concentraram em frente a essas unidades, com faixas pregando o golpe e prometendo que o petista não subiria a rampa. As mensagens traziam apelos aos militares para que assumissem o poder.

Os golpistas chegaram a Brasília de carro, ônibus e dezenas de caminhões. As faixas que empunhavam exibiam frases como “generais, confiamos nos senhores: voto auditável, novas eleições já”. O Exército poupou os vândalos e permitiu que permanecessem na área. Na Praça dos Cristais, em frente ao QG, os defensores do golpe armaram barracas e distribuíram alimentação e água.

O Centro de Comunicação do Exército, já no governo Lula, respondeu que “não havia nenhuma determinação judicial classificando o acampamento na frente do QG do Exército como ilegal, tampouco houve ordem judicial de que o mesmo fosse desmobilizado”.

No 8 de janeiro, o grupo se deslocou até a Praça dos Três Poderes, atacou a polícia e depredou os prédios. O ex-comandante da Polícia Militar do DF, Fabio Augusto Vieira, que esteve

à frente da operação no momento dos ataques contra os Três Poderes, também foi preso após os fatos.

Segundo a PGR, Torres e a cúpula da PMDF tinham total ciência dos riscos das ações golpistas na cidade. O ex-ministro também foi acusado de omissão ao viajar para os Estados Unidos, quando os prédios do Congresso, do STF e o Palácio do Planalto foram depredados por vândalos que não aceitavam o resultado das eleições. O órgão destacou que as condutas dele foram “omissivas” e demonstraram “absoluta desorganização”.

A PGR também citou a minuta do golpe encontrada na casa do ex-secretário. Segundo o subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos, que assinou a manifestação encaminhada ao Supremo, o documento estava bem guardado e, diferente do que Torres alegou, ele não pretendia jogá-lo no lixo.

A suposta participação de militares das Forças Armadas para o golpe também é alvo de investigação da Justiça. Em 2023, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, decidiu que cabe à Corte julgar e condenar criminalmente militares eventualmente envolvidos nos atos antidemocráticos.

Poderes organizam atos Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prepara, para esta quarta-feira, uma cerimônia em memória dos ataques de 8 de janeiro. O evento será realizado no Palácio do Planalto e na Praça dos Três Poderes, e deve reunir autoridades de todas as esferas, civis e militares. Os convites foram enviados para os atuais e futuros chefes dos Poderes, parlamentares, comandantes das Forças Armadas e ministros de Estado.

Uma parte do ato também deve ser aberta para participação popular, com concentração na praça, em frente ao Planalto. Foram convidados os presidentes da Câmara,

Arthur Lira (PP-AL); do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); e do STF, ministro Luís Roberto Barroso.

No ano passado, mesmo chamado pelo chefe do Executivo, Lira se ausentou de última hora, explicando que um familiar sofreu problemas de saúde. Também foram convidados os principais cotados para substituir os atuais presidentes do Congresso, em eleições que ocorrerão no mês que vem: o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), que deve assumir o comando da Câmara; e o senador Davi Alcolumbre (União-AP), futuro chefe do Senado.

Lula também convocou todos os seus 38 ministros para o

evento, durante jantar de confraternização no fim do ano. Além disso, chamou os comandantes das Forças Armadas: general Tomás Paiva, do Exército; tenente-brigadeiro do ar Marcelo Kainitz Damasceno, da Aeronáutica; e almirante de esquadra Marcos Sampaio Olsen, da Marinha.

O STF promoverá, na quarta-feira, às 14h, uma roda de conversa para relembrar os dois anos dos atos golpistas de 8 de janeiro. O vice-presidente da Corte, ministro Edson Fachin, abrirá o encontro — que também contará com o recebimento de obras de arte, produzidas com destroços

da invasão, de quatro artistas plásticos de Brasília.

Participarão da conversa servidores e colaboradores que atuaram na limpeza e reconstrução das instalações depredadas, além da restauração das obras destruídas durante a invasão ao Supremo.

No mesmo dia, a Corte pretende lançar uma página na web de memória com informações completas, que vão desde os ataques e a destruição do prédio até o processo de reconstrução e a responsabilização daqueles que invadiram e depredaram as instalações do Tribunal. (Com Victor Correia e informações do STF)

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula convidou militares para participar de ato nesta semana